



## Viana quer financiamento público de campanha e reforma fatiada

O financiamento público de campanha foi apontado pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, como um dos pontos da “reforma política

fatiada”, defendida por ele no Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Segundo Viana, o esquema atual privilegia quem tem dinheiro. **Página 3**

Observado por Cezar Brito (D), Tião Viana sugere estabelecer prioridades na reforma política

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.727 – Brasília, terça-feira, 11 de dezembro de 2007

## Projeto aumenta pena nos crimes contra policiais

Projeto que agrava as penas para os crimes de homicídio e de ameaça contra policiais deve ser examinado amanhã pela Comissão de Justiça do Senado. A proposta abrange os casos em que o policial é morto ou ameaçado quando está exercendo sua função ou em represália a sua atuação profissional. **Página 7**

Gerardo Magela

## Comissão analisa projeto que combate difusão de vírus

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deve analisar amanhã substitutivo do senador Eduardo Azeredo a projetos que tramitam em conjunto, todos referentes a crimes cometidos com o uso de computadores. Os principais delitos na mira da proposta são a difusão de vírus e o acesso indevido a redes. **Página 7**

Gerardo Magela

# Senado define presidente e CPMF pode ser adiada



Dia de negociação no Plenário: Romero Jucá (em pé) conversa com Eduardo Azeredo e Wellington Salgado

Às 9h, bancada do PMDB tenta nome de consenso. Às 11h, Tião Viana reúne líderes partidários para discutir a eleição do futuro presidente da Casa

O líder do PMDB, Valdir Raupp, admitiu realizar votação interna para a escolha do integrante da bancada que disputará a Presidência do Senado. Prevista para as 9h, a reunião dos peemedebistas é a primeira para discutir a questão, que deve ser tratada ainda pelo presidente interino, Tião Viana, com os líderes partidários. A liderança do governo tenta transferir para amanhã a votação da CPMF.

**Páginas 2 a 5**



Dia de debate no Plenário: opositoristas, como Heráclito, discutem a proposta com governistas, como Serys Slhessarenko



PMDB escolhe nome para dirigir a Casa e, logo após, líderes discutem eleição com Tião Viana. Oposição pode ter candidato

## Reuniões definem hoje candidaturas para a Presidência

Duas reuniões previstas para a manhã de hoje vão delinear a eleição do próximo presidente do Senado. A primeira, da maior bancada da Casa, o PMDB, está marcada para começar às 9h, quando o partido escolherá entre seus cinco postulantes o candidato oficial. A segunda reunião será entre o presidente interino do Senado, Tião Viana, e os líderes partidários, e está marcada para as 11h. Nela, o PMDB lançará seu indicado e serão definidas as regras da eleição.

Até agora se apresentaram como pré-candidatos do PMDB Garibaldi Alves (RN), Neuto de Conto (SC), Valter Pereira (MS) e Leomar Quintanilha (TO), além de Pedro Simon (RS), que teve seu nome lançado em manifesto assinado por 32 senadores de outros partidos.

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), disse ontem que ainda busca consenso dentro e fora da bancada para a escolha de pelo menos um nome entre os quatro primeiros. Esse nome irá disputar a indicação do partido para a Presidência da Casa com Pedro Simon, caso este mantenha a decisão de não retirar a sua candidatura. Raupp não descartou uma votação interna, que, se ocorrer, será secreta e com cédulas.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou que a oposição também poderá lançar candidato ao cargo. O líder do DEM, José Agripino (RN), já adiantou que o seu nome não é uma hipótese. Pelo Regimento Interno, a eleição deve ser realizada até amanhã, salvo entendimento entre os líderes partidários quanto a uma outra data.

### Suplicy defende nome de Simon

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a se manifestar favoravelmente ontem, em Plenário, à candidatura de Pedro Simon à Presidência do Senado. Na avaliação de Suplicy, a indicação do senador gaúcho pelo PMDB para a disputa poderia promover o consenso e resgatar a credibilidade da Casa perante a opinião pública nacional.

Suplicy elogiou os demais senadores do PMDB candidatos ao cargo – Neuto de Conto, Leomar

Quintanilha, Valter Pereira e Garibaldi Alves Filho –, porém destacou a trajetória de Pedro Simon na política brasileira, afirmando que sua candidatura “dignificaria e fortaleceria” a instituição.

O senador observou que o propósito de sua sugestão era apenas expressar o sentimento dos membros da Casa, refletindo o desejo do povo brasileiro, sem qualquer intenção de imiscuir-se nos direitos dos senadores do PMDB.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)



### Relatórios setoriais e obras irregulares na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje para discutir e votar os relatórios setoriais ao projeto do Orçamento Geral da União de 2008, às 10h, 14h, 18h e 20h, sempre no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Já o comitê da CMO que avalia informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves apresenta relatório às 9h, na sala de reuniões da presidência da comissão.

### Temporão fala sobre PAC da Saúde em audiência pública

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, participa de audiência pública convocada conjuntamente pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos So-

ciais (CAS). O tema é o programa Mais Saúde, conhecido como PAC da Saúde, lançado há uma semana pelo presidente Lula. Será às 10h, sala 9, Ala Alexandre Costa.



### CAE analisa projetos e vota nomes para o Cade

Às 9h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para ouvir o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, o secretário-adjunto da instituição, Eduardo Coutinho Guerra, e o coordenador-geral de Haveres Financeiros, Leandro Giacomazzo, a respeito de alterações no contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o estado de Santa Catarina. Depois,

às 10h30, a CAE analisa projeto que, entre outras medidas, limita as operações de crédito interno e externo da União em até 60% da receita líquida. Vota também as indicações de Enéas Costa de Souza, Fernando de Magalhães Furlan e Paulo Furquim de Azevedo para conselheiros e a recondução de Arthur Badim para o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Sala 19, Ala Alexandre Costa.



### Viana faz reunião com líderes partidários

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebe às 8h30 o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson de Oliveira Penna. Às 10h30, recebe o professor da Escola Paulista de Medicina

Antônio Carlos Lopes. Às 11h, reúne-se com os líderes partidários no Senado. Às 14h, preside a hora do expediente, dedicada a comemorar a abertura da 3ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

### Alteração sugerida na LDB

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CE) vota projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelecendo que as licenças periódicas dos profissionais da educação tenham a duração mínima de um ano e sejam concedidas a cada sete anos de trabalho. Na pauta, está o projeto que fixa forma de reajuste da bolsa-auxílio alterando a lei que trata de estágio de estudantes. Às 11h, sala 15, Ala Alexandre Costa.

### Comitês de bacias hidrográficas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, dentre oito itens, projeto que estabelece a redução do valor que os proprietários rurais têm de pagar aos comitês de bacias hidrográficas pelo uso da água se, nas propriedades, forem realizados certos serviços ambientais. A reunião está programada para as 11h30, sala 7, Ala Alexandre Costa.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes, Paulo Paim, Alvaro Dias e Antônio Carlos Valadares

## Tião Viana defende "reforma política fatiada"

O presidente interino do Senado, Tião Viana, defendeu a realização de uma "reforma política fatiada". Ao participar ontem de reunião plenária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Viana considerou eficaz debater "itens essenciais e inadiáveis", como o financiamento público de campanhas eleitorais, a fidelidade partidária, o princípio das coligações proporcionais e, no caso específico do Senado, a questão dos suplentes de senadores.

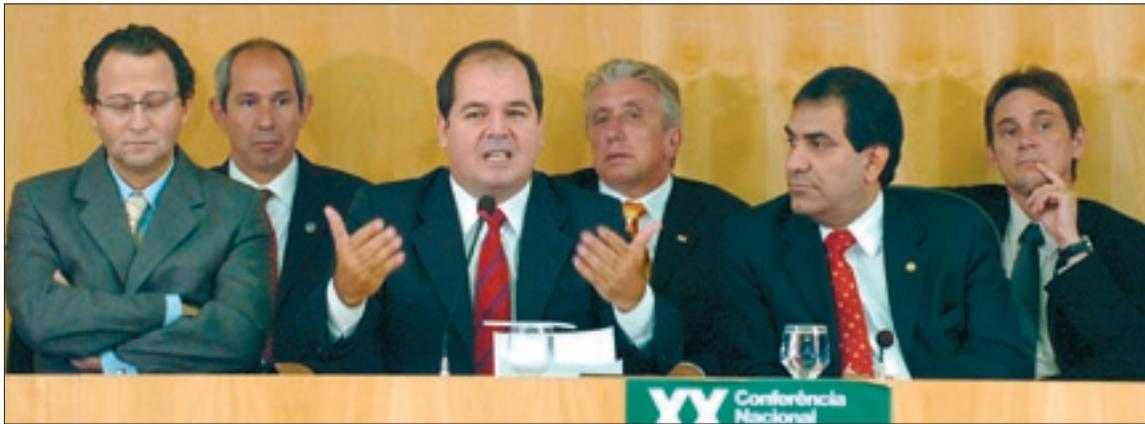
– Quem quer avançar trata de temas prioritários; não põe nada no atacado: põe no varejo. Se votássemos dois, três itens por ano, iríamos fazer um bem maior que se apresentássemos 30, 40 itens de uma só vez – afirmou.

Tião Viana frisou que, em um cenário de interesses contraditórios, como é o Congresso Nacional, "de nada adianta boa receita e bom diagnóstico de Estado ideal". Daí, de acordo com ele, a importância de promover o avanço a partir das mudanças pontuais. Nesse sentido, ele priorizou o financiamento público de campanhas entre as modificações que, a seu ver, precisam ser feitas.

– Com a atual estrutura de financiamento de campanhas, os idealistas se recolhem. Só quem tem dinheiro avança dentro da representação política. Não chegaremos adiante se continuarmos nessa trilha – disse.

Já o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Cezar Britto, comemorou a possibilidade de aprofundar o debate sobre a reforma com o Legislativo. No final de novembro, Britto entregou a proposta de reforma política da OAB ao presidente interino do Senado. Reforçou ainda que, para a Ordem, a reforma política é "a mãe de todas as reformas".

Cezar Britto explicou que a proposta da OAB está, conforme a sugestão de Tião Viana, fatiada – e em dois grandes blocos. Segundo ele, a instituição acredita que é preciso reforçar a democracia participativa e, ao mesmo tempo, melhorar a democracia representativa, por meio de mecanismos como fim da reeleição, fim do mandato do senador suplente, fidelidade partidária e financiamento público de campanhas.



No Conselho Federal da OAB, Tião Viana (3º à esq.) prioriza, na reforma política, o financiamento público de campanhas

## CPMF entra na pauta, mas governo pode obstruir votação

Jucá alega que é preciso aguardar o restabelecimento de dois senadores da base governista, Flávio Arns e Roseana Sarney, que estariam com problemas de saúde

Após um intenso processo de negociações entre governo e oposição, a proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até dezembro de 2011 deve ser colocada hoje em votação no Plenário, conforme garantiu o presidente interino do Senado, Tião Viana.

No entanto, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), quer adiar para amanhã a votação em primeiro turno da PEC 89/07, a fim de aguardar o restabelecimento da líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), e de Flávio Arns, (PT-PR), que não poderiam comparecer por problemas de saúde. A oposição, por sua vez, quer

votar hoje e exige o cumprimento de acordo firmado na semana passada. Para o líder do Democratas, José Agripino (RN), está em jogo a palavra do governo.

Mas colocar a matéria em votação, hoje, não significa, necessariamente, que ela será votada: os aliados do governo poderão obstruir a sessão, negando o quórum para apreciação da matéria.

A PEC poderia ter sido votada já na última quinta-feira. Apesar de haver quórum – estavam presentes à sessão deliberativa 70 senadores –, o governo preferiu pedir o adiamento da votação da matéria para hoje. A oposição concordou, apesar das críticas e da expectativa de que o fim de semana fosse utilizado para o fechamento de "acordos espúrios",

na expressão empregada por Alvaro Dias (PSDB-PR).

### Corrida contra o tempo

Após a aprovação da PEC em primeiro turno, o Regimento Interno do Senado determina que seja respeitado um intervalo de cinco dias úteis para a apreciação em segundo turno. Nessa etapa, quando ocorrem três sessões de discussão, não podem ser oferecidas emendas que alterem o mérito da proposição – apenas emendas de redação.

Se a PEC 89/07 não for votada até o dia 31 de dezembro, quando termina a vigência da contribuição, cessará a cobrança da CPMF. Nesse caso, por se tratar de um novo tributo, a cobrança só poderá ser retomada 90 dias após a aprovação da proposição.

## Viana exige respeito a compromisso dos líderes

"Não se pode tratar uma questão dessa natureza como se fosse uma brincadeira de criança." Com esse argumento, o presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou que não adiará a votação, prevista para hoje, da proposta que prorroga a vigência da CPMF. Ele disse que, se alguém quiser, que obstrua a sessão.

– Da minha parte, não haverá adiamento. Agora, é claro que, se o governo, por meio de sua base, quiser obstruir, quiser colocar menos de 41 senadores em Plenário, regimentalmente eu estarei impedido de colocar a matéria em votação. Mas não serei eu quem vai facilitar a vida do governo ou da oposição. Para mim foi uma decisão tomada pelos líderes e a votação acontecerá.

Tião Viana defendeu a necessidade de se manter a palavra empenhada pelos líderes. "Acho que a Casa exige uma agenda, exige responsabilidade naquilo que se fala. A palavra deve ser considerada como muito importante entre as pessoas, especialmente quando nós, aqui no Parlamento, tratamos do interesse público", disse.

## Com duas baixas, governistas jogam decisão para amanhã

O líder do governo, Romero Jucá, afirmou que ficará para amanhã a votação da proposta que prorroga a CPMF. De acordo com Jucá, o governo não teria condições de abrir mão dos votos favoráveis de Roseana Sarney e Flávio Arns, que não poderiam comparecer à sessão de hoje por problemas de saúde.

Roseana quebrou o punho e se recupera de uma cirurgia. Já Arns se submeteu ontem a uma bateria de exames. No entanto, de acordo com sua assessoria, ele estará hoje no Senado.

– O governo não pode abrir mão de dois votos importantes. Seria perder antes de começar a jogar. Na quarta-feira [amanhã], vamos ter condições plenas de deliberar sobre o assunto – frisou.

Questionado sobre o fato de a votação da CPMF coincidir com a eleição do novo presidente do Senado, o líder do governo disse que não vê problemas.

– O PMDB construirá um consenso na indicação do nome. Não haverá disputa. Será algo tranqüilo de se fazer – afirmou.

## Emendas livram pasta do Turismo de corte de recursos

Deputados e senadores estão livrando o Ministério do Turismo, dirigido por Marta Suplicy, de corte de verbas no Orçamento da União de 2008 que chegaria a 70%, comparando-se com o Orçamento deste ano. Eles elaboraram mais de mil emendas para beneficiar projetos de financiamento e incentivo ao turismo.

Com isso, a proposta inicial do governo de R\$ 538,9 milhões para o Ministério do Turismo subirá para R\$ 1,74 bilhão. A maior parte das emendas beneficia centenas de prefeituras, para execução de projetos de infra-estrutura turística. Os números constam do relatório que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou à área Fazenda, Desenvolvimento e Turismo dentro do projeto do Orçamento para o ano que vem. O relatório setorial deve ser votado até sexta-feira.

A senadora afirmou que o governo cometeu "uma distorção" que poderia inviabilizar o recebimento de recursos pelos governos estaduais oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Tais empréstimos condicionam a liberação das verbas a contrapartidas do Ministério do Turismo, que, ante a escassez de recursos, não teria como cumprir sua parte.

Na área do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Lúcia Vânia aceitou emendas no valor de R\$ 74,8 milhões para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

### Relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve encerrar nesta semana o exame dos relatórios setoriais que ainda dependem de deliberação, antes de passar à fase de debate e votação do relatório final do projeto do Orçamento para 2008. Dos dez documentos setoriais, seis já foram aprovados.



Segundo Lúcia Vânia, "distorção" do governo inviabilizaria financiamento para Prodetur

# CPMF, o embate entre governo e oposição no Plenário

A prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi o principal tema dos discursos ontem no Plenário do Senado. Oito senadores da oposição atacaram a proposta do governo – defendida pelos petistas João Pedro (AM) e Serys Slhessarenko (MT) e pelo peemedebista Wellington Salgado (MG).

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), disseram que o

governo não tem votos suficientes para garantir a prorrogação da CPMF e, por isso, descumpre o acordo firmado com a oposição, na semana passada, pelo qual a matéria seria examinada em primeiro turno na sessão deliberativa de hoje.

Osmar Dias (PDT-PR) condenou o governo por não apresentar proposta concreta de mudança na aplicação do dinheiro arrecadado com a contribuição. Sua expectativa é de que a saúde seja contemplada com uma fatia mais generosa de

recursos. Críticas semelhantes foram feitas por Papaléo Paes (PSDB-AP), para quem a CPMF há muito tempo deixou de financiar a saúde.

Mas os riscos que correm a saúde pública e programas sociais como o Bolsa Família foram a base dos discursos dos aliados do governo, como Serys Slhessarenko e João Pedro. Wellington Salgado observou que a CPMF é cobrada apenas de uma “pequena parcela da população”, a que tem conta bancária.

João Pedro



Geraldo Magalhães

Osmar Dias



Moreira Matiz

Serys Slhessarenko



Geraldo Magalhães

Mão Santa



Geraldo Magalhães

José Agripino



Geraldo Magalhães

## Sem recursos, saúde pública corre risco de ficar pior

Defensor da proposta que prorroga a vigência da CPMF, João Pedro afirmou que a maioria da população acompanha a discussão do tema e acrescentou que o debate faz bem ao país. Ele destacou que todos os governadores do PSDB também defendem a prorrogação da contribuição e opinou que “votar pela CPMF é votar em defesa do Brasil”.

João Pedro disse que 50% dos recursos arrecadados com a CPMF são destinados à saúde pública. Ele observou que, se a saúde “não vai bem, ficará pior” sem os recursos da contribuição repassados ao Sistema Único de Saúde (SUS), frisando que 75% dos brasileiros utilizam o SUS.

Em apartes, os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Serys Slhessarenko (PT-MT) apoiaram o pronunciamento do colega e reafirmaram que votarão a favor da prorrogação da CPMF. Wellington Salgado disse que os senadores que votarem contra a prorrogação terão de se explicar perante os eleitores caso a contribuição seja extinta.

Também em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) frisou que a oposição não aceita “chantagem e ameaça”. Ele observou que “na periferia do Plenário” os senadores estão sendo ameaçados por presidentes de partidos e avisou que “isto não funciona”.

## Governo precisa dar motivos para voto a favor da prorrogação

Osmar Dias criticou o governo por não apresentar propostas concretas de mudança na aplicação do dinheiro da CPMF. O parlamentar espera a destinação de mais recursos para a saúde e o diálogo do governo diretamente com os senadores.

– Como diz a canção, eu quero que o governo me dê motivo para votar a favor da prorrogação da CPMF – observou.

Entre os motivos, mencionou a recuperação do Hospital das Clínicas do Paraná, que está entre os cinco pontos já apresentados ao governo para garantir o seu voto. Osmar Dias disse que não recebeu resposta a nenhuma dessas propostas, voltadas ao atendimento dos direitos da população.

– Eu não negocio em salas fechadas e não troco voto por verbinhas. O governo pode melhorar a utilização dos recursos da CPMF se não desviar recursos para o pagamento da dívida externa e para o aumento dos cargos comissionados – disse.

O senador lamentou que a administração do presidente Lula tenha repetido o que outros governos fizeram: acenar com a reforma tributária, mas não concretizar nada nesse campo. Ele lembrou que “um arremedo de reforma”, aprovado pelo Senado, até agora não foi votado na Câmara dos Deputados.

## Quatro perguntas (e respostas) em defesa da CPMF

Serys Slhessarenko apresentou quatro perguntas, e suas respostas, para defender a proposta que prorroga a cobrança da CPMF. À primeira – por que a contribuição é importante – respondeu que ela garante o equilíbrio fiscal e, assim, eleva a confiança no Brasil. À pergunta “quais as vantagens da CPMF”, apontou a distribuição de renda, sua incidência universal e o combate à lavagem de dinheiro e à sonegação fiscal.

Na terceira pergunta, “o que o fim da CPMF comprometeria”, citou a estabilidade fiscal, a política de redução de juros e os programas sociais, além da saúde, que ficaria sem R\$ 24 bilhões, decorrentes da regulamentação da Emenda à Constituição 29, que vinculou recursos para a área. Por fim, ao indagar se a CPMF é redistributiva, afirmou que 72% de sua arrecadação vêm de grandes empresas e que, do restante, 17% são provenientes de pessoas físicas com renda anual superior a R\$ 100 mil. Além disso, acrescentou, promove o desenvolvimento regional: citou as regiões Norte e Nordeste que, juntas, arrecadam 24% da contribuição, embora recebam 42% do total auferido.

A senadora lembrou que o ex-ministro da Saúde Adib Jatene e a fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, defendem a proposta.

## Rejeição vai tirar dinheiro das mãos de “aloprados do PT”

O senador Mão Santa criticou ontem o governo federal por disseminar, por meio da imprensa, especulações sobre uma suposta crise nas finanças públicas brasileiras que seria causada pela rejeição da proposta que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Citando a máxima de Lavoisier, segundo a qual “na natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma”, Mão Santa lembrou que os recursos que deixarem de ser arrecadados com a extinção do tributo deverão continuar a circular na economia, principalmente nas mãos das donas-de-casa de famílias de baixa renda.

– Os 40 bilhões de reais vão ficar é no Brasil. Vão sair das mãos dos aloprados, irresponsáveis, corruptos, para as mãos honradas das mães, das maiores economistas, que são as donas-de-casa – disse.

Em aparte, Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Mão Santa. Alertando para a necessidade de redução da carga tributária, ele defendeu ainda sua proposta de realização de referendo popular nas eleições de 2008 para decidir de forma permanente sobre a continuidade ou não da cobrança da CPMF.

## Adiamento quebra entendimento entre governo e oposição

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que um adiamento da votação da proposta que prorroga a CPMF, que deve ser analisada hoje, poderá comprometer os entendimentos mantidos na semana passada entre o governo e a oposição para análise da matéria.

– Isso seria o fim. Está em jogo a palavra do governo, que tem acenado com um mundo de promessas. O adiamento seria a quebra do último elo entre o governo e aqueles que poderiam querer algum tipo de negociação. Estaria quebrada a credibilidade da palavra – asseverou.

Agripino afirmou que o país vem exigindo definição imediata sobre o assunto. Segundo ele, um novo esvaziamento do Plenário, hoje, vai desmoralizar a palavra do governo e o próprio Senado, que estaria preparado para o exame da matéria.

– O governo teve todas as instâncias para convencer os 49 senadores que precisa para aprovar a CPMF. Usou todos os argumentos e chantagem emocional. Estive no interior do Rio Grande do Norte e os apelos que me chegavam eram para que votássemos contra a prorrogação da CPMF – relatou Agripino.

Agripino ressaltou que, se o governo quer adiar o exame da matéria, é porque não tem votos suficientes para aprová-la.

Mário Couto



## Lula também já foi contra a prorrogação da contribuição

“Se quem é contra a prorrogação da CPMF está praticando sonegação, o presidente Lula já foi sonegador”, afirmou Mário Couto (PSDB-PA), rebatendo declaração feita por Lula durante discurso no Amapá na semana passada.

– Ora, o presidente Lula já foi contra a contribuição – disse.

O senador comentou a “impressionante mudança de opinião” de vários senadores da base do governo em relação à manutenção da CPMF e manifestou sua convicção de que a proposta, que deve ser votada hoje em Plenário, será derrotada. Mário Couto acredita a probabilidade desse resultado ao voto aberto, “que mostrará quem vota a favor da população brasileira, ou seja, pelo fim da contribuição”.

Para compensar a perda dos cerca de R\$ 40 bilhões com o fim da CPMF, o senador defendeu a redução de gastos do governo que ele disse considerar supérfluos e altos: R\$ 350 milhões, no gabinete do presidente da República; R\$ 1,5 bilhão em passagens e diárias; e R\$ 1,3 bilhão em propaganda.

Mário Couto citou ainda dois sonhos que deseja ver realizados em sua passagem pelo Senado: o fim do voto secreto e a abertura do sigilo bancário dos políticos.

O senador também defendeu a candidatura de Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da Casa.

Alvaro Dias



## PSDB cobrará administração responsável

Os 13 senadores do PSDB votarão contra a prorrogação da CPMF como forma de cobrar do governo federal uma “administração responsável”, de acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Trata-se de exigir do governo um choque de gestão, uma ação administrativa responsável, com mecanismos eficazes de controle dos gastos públicos, cortando na própria carne aquilo que é desnecessário e supérfluo a favor de investimentos produtivos.

Segundo o senador, o PSDB deseja que o governo federal se empenhe na discussão e elaboração de um modelo tributário que estimule o crescimento econômico e a distribuição de renda.

Para Alvaro Dias, se o primeiro turno de votação da PEC 89/07 não ocorrer hoje, ficará claro que “o governo é incapaz de cumprir qualquer compromisso”.

O senador disse considerar a CPMF um imposto “perverso e injusto, porque é um imposto em cascata, que onera mais, sobretudo, quando é mais longa a cadeia produtiva”. Ele afirmou que a carga tributária “esmaga o setor produtivo nacional, impedindo o crescimento econômico”.

– Se é um imposto injusto e por isso foi adotado provisoriamente, que acabemos com ele, a favor de algo definitivo: um modelo capaz de modernizar o sistema tributário brasileiro – defendeu.

Arthur Virgílio



## O governo não dispõe de votos para vencer essa disputa

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo não dispõe de votos nem de meios para vencer a resistência da oposição à proposta que prorroga a cobrança da CPMF até 2011.

O senador considerou que uma eventual ausência da líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), não deverá comprometer o placar de votação, tendo em vista que o suplente da senadora poderá ser convocado.

– Parece-me que o governo não tem votos. E não tem como obter, a menos que figuras morais, corretas, decentes, capazes de honrar a palavra que empenham, caiam em alguma tentação – disse.

Virgílio garantiu que Jonas Pinheiro (DEM-MT), Expedito Júnior (PR-RO), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Mão Santa (PMDB-PI) e Pedro Simon (PMDB-RS) vão votar contra a prorrogação. “Lula, que poderia reduzir a carga tributária e cortar gastos públicos, nos pede duas coisas que não podem ser concedidas juntas: carga tributária máxima e direito de aumentar o gasto corrente acima da inflação”.

O parlamentar voltou a reiterar a disposição do PSDB de votar contra a proposta que prorroga a cobrança da CPMF.

– Não tememos ameaças. Temos convicções, coerência e linha histórica a prosseguir.

Wellington Salgado



## CPMF atinge faixa pequena da população

De acordo com o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), “a CPMF é cobrada somente de uma pequena parcela da população – a que tem contas bancárias”.

Segundo ele, com a promessa do governo de isentar da contribuição quem se enquadra na faixa de renda mensal de até R\$ 2,9 mil, essa parcela diminuiria ainda mais, “retirando força dos argumentos contra o imposto”.

Wellington informou que o Brasil tem hoje cerca de 43 milhões de contas bancárias, numa população de 186 milhões de pessoas. Com a isenção prometida, restariam cerca de 12 milhões de contas, sobre as quais incidiria a CPMF, e boa parte dessas ainda teriam empresas como titulares.

– Essa é a parte que temos de dar – defendeu.

O senador criticou o seu colega da bancada mineira Eduardo Azeredo (PSDB) por defender o fim da CPMF e disse que “é um voto contra Minas”. Azeredo respondeu apontando o que chamou de “excesso de arrecadação” por parte do governo.

Para Wellington, a prorrogação da CPMF é importante também “como um elemento do equilíbrio fiscal”, no qual os investidores estrangeiros se baseiam para decidir se trazem ou não os seus recursos para o Brasil.

Raimundo Colombo



## Apelo por uma proposta de reforma tributária

A hipótese de se aprovar a prorrogação da vigência da CPMF agora, para depois o governo encaminhar ao Congresso uma proposta de reforma tributária foi rechaçada por Raimundo Colombo (DEM-SC). O senador defendeu o voto contrário à proposta que prorroga a cobrança da CPMF. Para ele, é preciso tirar a receita da contribuição e obrigar o governo a vir ao Congresso mostrar sua posição.

– Votar antes e aprovar a prorrogação, para depois o governo, num gesto de boa vontade, vir aqui fazer isso? Ninguém acredita mais nesse governo – afirmou.

Colombo disse que, desde o governo de José Sarney, todos os presidentes manifestaram o interesse de fazer a reforma tributária, mas nenhum conseguiu.

– Por que ela não acontece? Quem não deixa? – questionou.

De acordo com o senador, “o governo gasta sem controle e desnecessariamente, como fez com a criação da TV Pública e da Secretaria de Assuntos de Longo Prazo”. Para Colombo a postura de membros do governo de chamar de irresponsáveis ou sonegadores os que são contra a CPMF é “um jogo nojento que empobrece a política”. O parlamentar afirmou ainda que o país tem a carga tributária mais alta do mundo e devolve à sociedade serviços precários.

## Governo precisa dar prioridade à saúde na alocação de recursos, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) anunciou ontem seu voto contrário à proposta que prorroga a cobrança da CPMF e condenou declarações dadas à imprensa pelo presidente Lula, que teria solicitado o empenho dos governadores e da população em pressionar os parlamentares de seus estados a votarem a favor da cobrança do tributo.

– O governo não pode causar

expectativas de que aqui temos companheiros venais. Aqui não é a casa da mãe-joana, não. É o Senado Federal. Já temos 35 senadores decididos a votar contra a CPMF e o governo não quer votar – afirmou.

Para o senador, as declarações de Lula evidenciam um “assédio despuadorado do governo a um Poder autônomo, tentando submetê-lo a caprichos para extrair

mais dinheiro dos brasileiros”.

Papaléo disse ainda que, em vez de insistir na cobrança da CPMF, o governo deveria se empenhar na elaboração de uma reforma tributária capaz de desembaraçar os cidadãos e as empresas.

– A arrecadação federal vem batendo recordes. O que o governo precisa fazer é dar prioridade, na alocação de recursos, à saúde

e não avançar mais e mais sobre o bolso do contribuinte.

Papaléo disse que a CPMF há muito tempo deixou de financiar a saúde e que o setor vem se deteriorando no governo Lula, “como comprova a reincidência de casos de dengue em todo o país”.

– O problema da saúde não se limita à falta de recursos, mas à ausência de talento, competência e gestão – assinalou.



Papaléo: governo deveria elaborar reforma tributária em vez de insistir na CPMF

Um dos oito projetos sugeridos no documento de Renato Casagrande é a proposta de incluir a Redução Certificada de Emissão entre os valores mobiliários

## Começa Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

A III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência será aberta oficialmente hoje, durante a sessão plenária do Senado. Na ocasião, o maestro e pianista João Carlos Martins irá reger a apresentação do Coral do Senado. João Carlos Martins perdeu os movimentos das mãos após sofrer dois acidentes e, hoje, toca com apenas dois dedos em uma das mãos.

Logo após a apresentação do coral será lançado carimbo comemorativo dos Correios, além da obliteração (carimbo oficial) dos selos personalizados "Programa do Senado Federal de Acessibilidade e de Valorização da Pessoa com Deficiência" e "Ser Diferente é Normal". Veja a programação completa da semana no site <http://www.senado.gov.br/web/comunicacao/semanadevalorizacao>.

### Dia do Marinheiro

Amanhã, às 10h, os senadores farão sessão especial em homenagem ao Dia do Marinheiro – celebrado em 13 de dezembro. Essa data corresponde ao dia do nascimento do almirante Joaquim Marques de Lisboa, patrono da Marinha do Brasil.

Em 2007, é comemorado o bicentenário do nascimento do almirante, mais conhecido como Marquês de Tamandaré.

## Evento terá talk show e mostra de filmes

Dentro da programação da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência será lançada, às 16h, no Salão Negro, a campanha "Pessoas que fizeram a diferença... pessoas que fazem a diferença. E você, que diferença pode fazer?".

O ato contará com a Mostra Internacional de Filmes sobre Deficiência e com um talk show apresentado pela jornalista Solange Calmon, da TV Senado, do qual participarão o ator Marcos Frola, o professor César Marques, da Universidade de Brasília (UnB), e Miguel Sosa, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Também faz parte do evento a divulgação do livro *Celebridades*, da Sociedade Pestalozzi de São Paulo, hoje, das 9h às 17h, no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima (Anexo 2). Na Sala de Acessibilidade da Biblioteca do Senado ocorre, das 9h às 13h, a demonstração do mouse ocular, desenvolvido pela Fundação Desembargador Paulo Feitoza, de Manaus.

# Comissão Mista de Mudanças Climáticas vota relatório amanhã

O relatório da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas será votado amanhã, em reunião marcada para as 14h. Elaborado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), o texto poderá receber propostas de emendas de senadores e deputados até as 18h de hoje.

O documento apresenta sugestões de metas a serem adotadas pelo Brasil no que diz respeito às florestas e ao setor energético, incluindo propostas para produção de energia hidrelétrica, termelétrica, nuclear, eólica, solar, a partir da biomassa e de biocombustíveis.

Também faz recomendações aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a serem praticadas em nível municipal, estadual e federal. Oito projetos de lei estão entre as sugestões do colegiado.

Um exemplo do que foi proposto pela comissão mista é um



Gerardo Magela

**Texto de Casagrande sugere adoção de metas para florestas e setor energético**

projeto de lei com a finalidade de tratar da natureza jurídica da Redução Certificada de Emissão (RCE) – uma unidade padrão utilizada pelo Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) de gases de efeito estufa. A RCE é calculada de acordo com o potencial de aquecimento global, definido em decisão da Confe-

rência das Partes nº 3 (COP-3), que alterou com o Protocolo de Kyoto. O projeto propõe, entre outras medidas, modificar a lei que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para incluir a Redução Certificada de Emissão entre os objetos considerados valores mobiliários. A proposta estabelece ainda que as operações relativas à RCE ficam isentas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF).

A comissão especial tem até 22 de dezembro para concluir suas atividades. Instalado em março deste ano, o colegiado discutiu ações referentes a mudanças climáticas em seminários e audiências públicas realizados em Belém, Manaus, Palmas, Campo Grande, Fortaleza, Criciúma (SC), Rio de Janeiro e São Paulo.

## Benefício para quem adotar medidas ambientais

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar hoje projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que estabelece a redução do valor que os proprietários rurais têm de pagar aos comitês de bacias hidrográficas pelo uso da água se, nas propriedades, forem realizados determinados serviços ambientais.

São considerados serviços ambientais de acordo com a proposta (PLS 142/07) as benfeitorias e o uso de técnicas e métodos de conservação de água e solo "para fins de proteção dos corpos hídricos e da disponibilidade de água".

O projeto prevê também que a arrecadação obtida pelos comitês por meio da cobrança pelo uso da água poderá ser utilizada para beneficiar as mesmas propriedades rurais que implementaram os serviços ambientais citados.

A proposição, que será analisada em decisão terminativa pela CMA, altera os artigos 21, 22 e 38 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e conta com parecer favorável do relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Jane Araújo

**Comissão examina redução de taxa para quem conservar a água e o solo de sua propriedade**

Os comitês de bacias hidrográficas, criados pela Lei 9.433/97, decidem como, por exemplo, serão utilizadas as águas de um rio – e quem poderá fazer uso dessas águas. Essa permissão é concedida por meio da "outorga de direitos de uso de recursos hídricos", a qual resulta na citada cobrança de valores pelo uso da água. A arrecadação daí advinda deverá ser aplicada majoritariamente, de acordo com a mesma lei, no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos em planos de recursos hídricos.

Na mesma reunião a CMA examinará, entre outras propostas,

substitutivo do senador Augusto Botelho (PT-RR) a projeto (PLC 23/05) que altera a lei sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei 9.605/98) no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

O substitutivo determina que a empresa criada para permitir, facilitar ou ocultar os crimes definidos nessa lei terá decretada sua liquidação forçada e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e perdido em favor do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

## Indicações para Anac devem ser analisadas hoje

Duas indicações presidenciais para a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) devem ser votadas hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A primeira propõe o nome da economista Solange Paiva Vieira para exercer o cargo de diretora, na vaga de Milton Zuanazzi, ex-diretor-presidente da agência. A segunda indica o engenheiro Ronaldo Serôa da Motta para substituir Josef Barat em outra diretoria do órgão.

A CI já havia se reunido para analisar essas indicações na semana passada, mas um pedido de vista dos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Expedito Júnior (PR-RO) adiou a votação.

Em seu parecer favorável à indicação de Solange, Renato Casagrande (PSB-ES) destacou a formação acadêmica e o histórico da economista, especialmente sua condição de concursada dos quadros do BNDES, onde foi gerente das áreas de crédito, financeira e internacional, e assessora da presidência. Ele ressaltou ainda os cargos exercidos por Solange no Ministério da Previdência, na Advocacia Geral da União e no Supremo Tribunal Federal. Atualmente ela é secretária de Aviação Civil do Ministério da Defesa.

A mensagem presidencial que indica Ronaldo da Motta lembra sua formação acadêmica como engenheiro de produção e doutor em Economia e sua experiência profissional no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), onde, atualmente, exerce o cargo de coordenador de Estudos de Mercado e Regulação. O parecer de Sérgio Guerra (PSDB-PE) é favorável à indicação.

### Combustíveis

A CI também examinará seis projetos de lei, entre eles três que tratam dos combustíveis de origem vegetal: PLS 416/05, para debater sua utilização na aviação brasileira; PLS 18/07, propondo linhas de crédito específicas para unidades de produção de biodiesel; e 121/07, com modificações na matriz energética para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.

Às 10h, antes da votação dessas matérias, a CI debate em audiência com o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, a extração mineral ilegal em terras indígenas em Rondônia.

Fotos: Célio Azevedo



Comissão de Ciência e Tecnologia examina dois pareceres de Eduardo Azeredo

## Em pauta, projetos que tratam de delitos cometidos na internet

Projetos polêmicos deverão ser analisados pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) amanhã, em reunião que começa às 8h45. Entre as matérias da pauta, está substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projetos que tramitam em conjunto, todos referentes a crimes cometidos com o uso de computadores.

O substitutivo de Azeredo refere-se a três projetos. Um deles (PLS 137/00), do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), aumenta em até três vezes as penas previstas para os crimes contra a pessoa, o patrimônio, a propriedade imaterial ou intelectual, os costumes, a criança e o adolescente, caso tais crimes sejam cometidos com uso de tecnologia da informação ou telecomunicações.

Outro projeto (PLS 76/00), do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), tipifica condutas praticadas com o uso de computadores e atribui as respectivas penas. A terceira proposição (PLC 89/03), do então deputado Luiz Piauhylo, altera o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e a lei que trata da inviolabilidade do sigilo nas comunicações interpessoais

(Lei 9.296/96) a fim de também criar tipos penais para crimes cometidos com a utilização dos sistemas de computador.

Em síntese, explica Eduardo Azeredo, o texto altera o Código Penal tipificando, entre outros, o crime de dano por difusão de vírus eletrônico e definindo o delito de acesso indevido a dispositivo de comunicação. O relator descreve ainda a manipulação indevida de informação eletrônica. Entre outras modificações, o substitutivo também altera o Código Penal para definir o crime de difusão maliciosa de código (vírus) e equipara o cartão de crédito ou débito a qualquer dispositivo portátil de armazenamento ou processamento de informações.

### Crimes contra a honra

Também deverá ser examinado na mesma reunião do colegiado parecer de Eduardo Azeredo sobre outro projeto que trata de crimes praticados com o uso da internet. O parlamentar é favorável ao projeto de lei do Senado que modifica o Código Penal aumentando a pena para crimes contra a honra praticados por meio da internet (PLS 398/07).

## Jamaica e Guiné-Bissau terão novos embaixadores brasileiros

Em reunião marcada para quinta-feira, a partir das 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisará as indicações da Presidência da República de dois diplomatas para ocuparem, respectivamente, as embaixadas brasileiras na Jamaica e na Guiné-Bissau.

A primeira mensagem da Presidência indica Alexandre Rubem Milito Gueiros, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para o cargo de em-

baixador na Jamaica. A relatora da indicação é a senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O senador Mão Santa (PMDB-PI), por sua vez, apresentará relatório sobre a mensagem do Executivo que submete à apreciação da Casa o nome do também ministro de segunda classe Jorge Geraldo Kadri para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau.

As duas indicações serão examinadas ainda pelo Plenário do Senado, caso sejam aprovadas na CRE.

Projeto de lei torna mais severas punições para casos em que o policial é morto ou ameaçado quando está exercendo sua função ou em represália a sua atuação profissional

# CCJ examina penas mais graves para crimes contra policiais

Está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que agrava as penas para os crimes de homicídio e de ameaça contra policiais. A proposta abrange os casos em que o policial é morto ou ameaçado quando está exercendo sua função ou em represália a sua atuação profissional. A matéria prevê alterações nos artigos 121 e 147 do Código Penal (CP).

Segundo o autor da matéria (PLS 88/07), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), essas medidas têm o objetivo de “valorizar a carreira do policial” e de “alertar a sociedade para o agravamento da sanção em caso de resistência

e obstrução ao poder-dever constitucional do Estado”.

No caso de assassinato de policiais, o projeto altera o artigo 121 do CP para caracterizar esse crime como homicídio qualificado, cuja pena vai de 12 a 30 anos de reclusão. E, no caso de ameaça a policiais, altera o artigo 147 do código para aumentar de um a dois terços a respectiva pena, que é a de detenção de um a seis meses.

### Emendas

A relatora da proposta, Serys Slhessarenko (PT-MT), defende sua aprovação sem alterações. Já o senador Demostenes Torres (DEM-GO) apresentou cinco

emendas ao projeto. Uma delas para ampliar os casos de agravamento das penas, não apenas nos crimes de homicídio e ameaça contra policiais, mas contra qualquer agente do Estado – como membros do Ministério Público, magistrados, militares e agentes de fiscalização de diversas áreas. Além disso, essa emenda inclui a possibilidade de que os próprios agentes do Estado sejam condenados a tais penas quando forem eles os autores desses crimes.

A proposição tramita na CCJ em decisão terminativa e deverá passar por duas votações nominais nessa comissão – uma para o projeto e outra para as emendas.



Senadores da Comissão de Justiça analisam proposta que, segundo o autor, Alvaro Dias, tem o objetivo de “valorizar a carreira do policial”

## Medicamentos poderão ser rastreados por código de barra

A Comissão de Constituição e Justiça deve analisar na reunião de amanhã projeto de lei que prevê o rastreamento de medicamentos desde a produção até o consumo. Esse controle seria realizado eletronicamente, por meio de código de barras. A autora da proposta é a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O relator na CCJ, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), apresentou relatório favorável à matéria.

Ao justificar sua proposição, a deputada afirma que “a importância de se rastrear um medicamento dentro da rede de produção, distribuição e consumo deve-se à necessidade de garantir,

a qualquer momento, a segurança e a eficácia do produto”. Vanessa Grazziotin argumenta ainda que, quando se identifica um problema relativo à segurança ou à eficácia, “é preciso saber onde e quando ocorreu o fato e proceder à imediata intervenção para se evitarem os danos potenciais decorrentes”.

Segundo a deputada, o controle não vem sendo realizado eficientemente devido às dificuldades inerentes ao respectivo processo industrial e comercial e ao volume e à rapidez das transações, entre outras razões.

### Sistema de controle

O projeto cria o Sistema Na-

cional de Controle de Medicamentos, que seria o responsável pelo rastreamento. De acordo com a proposição, esse sistema teria de ser implantado em um prazo de três anos pelo “órgão de vigilância sanitária federal competente”.

A matéria foi aprovada em março deste ano na Câmara dos Deputados, na qual tramitou como PL 6.672/02. No Senado, a proposta está sendo apreciada sob a forma do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 24/07. Além de tramitar na CCJ, o texto também será analisado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de sua apreciação pelo Plenário.

Fotos: Geraldo Magela



Idosos poderão ficar sem cobertura previdenciária, adverte Mesquita Júnior

## Mesquita Júnior denuncia dificuldades de idosos para se aposentar no Rio

Ao comunicar decisão de relatar semanalmente em Plenário denúncias e reclamações da população recebidas por meio de sua página na internet, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) divulgou ontem carta do ex-pracinha Sérgio de Souza, que reclama das dificuldades de idosos do Rio de Janeiro

em conseguir atendimento pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para solicitações de aposentadoria.

Segundo a denúncia, haveria também ordem da direção do INSS, em Brasília, para dar alta a idosos – com osteoporose, artrose, hérnia de disco, problemas cardíacos, hipertensão e outras

enfermidades – que estão recebendo auxílio-doença e ainda não conseguiram aposentadoria. Com a declaração de alta, por parte dos médicos peritos, os idosos, de 65 a 90 anos, deixam automaticamente de receber o auxílio-doença, ficando sem nenhuma cobertura previdenciária.

Em aparte, Mário Couto

(PSDB-PA) manifestou apoio ao discurso de Mesquita Júnior e pediu agilidade na apreciação de projeto de lei (PLS 58/03) do senador Paulo Paim (PT-RS) que beneficia os aposentados. A matéria, que aguarda designação de relator, trata da atualização de aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

## Casagrande defende combate à corrupção

Ao comemorar a passagem do Dia Internacional de Combate à Corrupção – celebrado no domingo, o líder do PSB, Renato Casagrande (ES), defendeu o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle do uso de recursos públicos no país. Para o senador, no momento em que o Brasil busca mais espaço no cenário internacional, o governo federal deveria direcionar esforços para erradicar a corrupção em áreas prioritárias como educação, saúde e segurança.

– O Brasil, país com um dos mais elevados índices de corrupção, segundo o World Economic Forum, tem poucos profissionais habilitados para a fiscalização e pouca tradição e investimentos em fiscalização interna e externa.

## Azeredo anuncia emendas para Minas

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comunicou ontem ter apresentado emenda ao Orçamento de 2008, no valor de R\$ 150 milhões, para a duplicação da BR-135, no trecho entre o trevo de Curvelo até Montes Claros (MG).

– Esse é um trecho onde há um número de acidentes ainda muito grande e é a principal via de ligação das regiões central e Sudeste com o Nordeste do Brasil – disse Azeredo, acrescentando que Minas Gerais concentra 28% das rodovias federais.

O senador informou ter apresentado duas emendas ao Plano Plurianual 2008-2011 prevendo R\$ 140 milhões para continuar a duplicação da BR-040 e R\$ 600 milhões para implantar mais um trecho do metrô de Belo Horizonte.

## Paim sugere luta contínua pelo resgate dos direitos humanos

No Dia Universal dos Direitos Humanos, senador propõe aprofundamento das oito metas do milênio, como o combate à fome e à miséria e a melhora da educação básica e da saúde

“Façamos dos direitos humanos um dos objetivos de nossas vidas”, disse ontem o senador Paulo Paim (PT-RS), no Dia Universal dos Direitos Humanos. Paim afirmou que os direitos, embora pareçam óbvios, ainda são derrepente por muitos.

– É preciso parar e pensar o que cada um de nós está fazendo pela aplicação dos 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – observou.

O senador ressaltou que muito já se avançou no Brasil, citando o combate à Aids e a luta a favor dos direitos das mulheres, dos idosos, dos deficientes, dos índios e dos negros. Mas é preciso aprofundar as oito metas do milênio, das quais o país é signatário: combate à fome e à miséria; melhora da educação



Paim pede reflexão sobre o que cada um está fazendo pela aplicação da declaração

básica, da saúde e da qualidade de vida; respeito ao meio ambiente e também à igualdade entre os sexos; e combate à violência e à mortalidade infantil.

Paim citou o relatório do Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (Pnud) sobre as mudanças climáticas e salientou que essas alterações afetam 78 vezes mais os países pobres do que os ricos.

O parlamentar fez um pequeno balanço das atividades da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que preside: foram realizadas 37 audiências públicas sobre temas como violência urbana, racismo, trabalho escravo e discriminação de mulheres e idosos. Ele informou ainda que a comissão aprovou 28 projetos de lei, 13 questões são relativas a pessoas com deficiência e oito sobre crianças e adolescentes.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse estar satisfeito e orgulhoso de fazer parte da CDH.



Para Cristovam, Lula ignorou crise do setor, verificada nas últimas avaliações

de requerimento convidando o ministro da Educação, Fernando Haddad, para falar dos resultados da pesquisa no Senado.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse apoiar “a crítica e o lamento” de Cristovam. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a convocação, pelo presidente da República, do ministro da Educação, visando “ao resgate da qualidade da educação no Brasil”.



Maciel frisa necessidade de apoiar obras de manutenção e revitalização da cidade

## Maciel destaca os 25 anos de Olinda como Patrimônio Cultural

O senador Marco Maciel (DEM-PE) comemorou ontem, em Plenário, os 25 anos do reconhecimento da cidade de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade. O fato ocorreu em 1982, quando Marco Maciel era governador de Pernambuco, nomeado pelo ex-presidente Ernesto Geisel. O título é dado pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco).

O parlamentar enfatizou a necessidade de apoiar as obras de manutenção e revitalização da cidade pernambucana, pedindo mais apoio do governo federal.

– O povo que esquece seu patrimônio histórico e artístico esquece-se a si mesmo – afirmou o senador.

Marco Maciel citou diversas pessoas que trabalharam para o reconhecimento de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade, entre elas o ex-ministro Eduardo Portella, os ex-secretários de Cultura Aluizio Magalhães e Marcus Vinícius Villaça, o ex-governador Roberto Magalhães e os ex-prefeitos das cidades de Germano Coelho e Barreto Guimarães.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) salientou que Marco Maciel foi “o grande artífice” do reconhecimento de Olinda. O senador Mão Santa (PMDB-PI) também se manifestou, enfatizando que Olinda e Pernambuco fazem parte da história do Brasil.

## Verdadeira crise do país virá da má qualidade da educação, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o risco que o Brasil corre de enfrentar uma grave crise, mas não pelo fato de deixar de arrecadar recursos caso a PEC que prorroga a CPMF não seja aprovada. A verdadeira crise, frisou, virá como consequência da má qualidade da educação no país, revelada em pesquisas divulgadas há alguns dias.

– Que futuro tem um país que está nessa posição, patinando, e não faz o dever de casa para sair dela? – indagou.

O senador cobrou posicionamento do presidente Lula, que não fez nenhum comentário a respeito da tragédia detectada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os estudantes brasileiros tiveram

péssimo desempenho no ranking mundial de educação, ficando à frente apenas de países como o Cazaquistão e o Catar em leitura, matemática e ciências.

Cristovam perguntou por que o Congresso não instaurou uma CPI para investigar o fato, a exemplo do que ocorreu com a crise da aviação civil. Lembrou ainda que o ministro da Defesa, à época do caos aéreo, foi demitido.

– Lula ignorou a crise educacional verificada nas últimas avaliações como se e o país não tivesse nada a perder com isso.

Cristovam frisou que, se o país não tiver uma massa de população educada com qualidade, não haverá mão-de-obra qualificada para trabalhar e o futuro estará ameaçado. Propôs a apresentação